

O último decreto presidencial envolvendo a educação nacional representa uma verdadeira volta ao passado, às décadas de 1950 e 1960, quando só às elites econômicas era reservado o acesso ao ensino superior público e *não* gratuito.

Hoje, ao final da década de 1980, depois de uma experiência “malsucedida” (sic) com um exame vestibular moderno em sua característica eclética que, obviamente, pretendia evitar a especialização precoce de nossa juventude “dourada” diante de um mundo onde a modernidade é sinônimo de interdisciplinaridade, os vemos novamente especializando o exame por curso e transformando o desempenho na língua materna na principal competência de nossos futuros universitários. Mais grave ainda é a prática, inaugurada este ano, pelos arautos da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa (ao nível do indivíduo-docente), do não preenchimento das vagas nas universidades públicas.

Na evolução do nosso ensino superior esta indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, no início rejeitada pela comunidade universitária, é hoje consagrada na futura constituição (?) como condição *sine qua non* para a existência da Universidade. Foi e é, não raro, usada como um expediente para justificar o baixo desempenho docente dos professores, mas mantendo seus salários e seu tempo integral.

Serve ainda para, no contexto da Reforma Universitária de 1968, abandonar a função das antigas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de formação dos quadros docentes para os graus anteriores de ensino. Hoje, mais que no ano passado e menos que no ano que vem, com mais vagas ociosas (são nestas carreiras onde se concentram estas vagas) espera-se que aquela função seja ainda mais marginalizada. É fato que estas carreiras atraem indivíduos cada vez mais “fracos” (e mais pobres), dada a marginalização da profissão que prossegue célere no Brasil. Este processo irá fatalmente, num futuro não muito remoto, cunhar a expressão Bruxelíndia (de Bruxelas numa Índia) onde a casta universitária aculturada encolherá em relação à população total do País.

Mas não é só isto. A própria ideia de que o fraco desempenho na expressão escrita dos nossos jovens pode ser corrigida no exame vestibular e simultaneamente deixar ociosas as vagas dos cursos de Letras mais competente, que são os das universidades públicas é, para dizer no mínimo, um sério atentado à lógica formal. Além do mais, este não é um problema brasileiro nem de subdesenvolvidos, mesmo nos países mais adiantados e ciosos do seu vernáculo como a França e a Inglaterra o mesmo fenômeno está ocorrendo. Lá como aqui, a avassaladora difusão da comunicação visual e instantânea da televisão e a própria liberalização dos costumes na juventude são apontadas como as principais causas. O que importa não é grafar endereço com dois esses e sim saber o significado e o uso da palavra escrita o que pode ser avaliado de forma muito mais fidedigna e segura com testes (até de múltipla escolha!). No

* Belíndia é um país “cunhado” pelo economista Edmar Bacha para caricaturar a disparidade na distribuição das riquezas econômicas e culturais no Brasil. Uma Bélgica cercada pela Índia. Watermel Bosfort é o bairro rico de Bruxelas (capital da Bélgica) e o Chade é um país africano, o mais pobre e com as maiores taxas de analfabetismo do mundo.

futuro, se nossa reserva de mercado de informática permitir, um simples editor de textos corrigirá automaticamente os erros de grafia. O desenvolvimento cognitivo do jovem, de repente, será mais desenvolvido pelo ensino da matemática do que pela sua prática redacional.

Acho que estes problemas não têm solução simples nem convencional. É toda uma modernização da escola que será necessária. Essa modernização passará inevitavelmente pela formação mais numerosa e mais competente de futuros professores do ensino elementar e secundário, da práxis pedagógica das nossas escolas e da valorização da Educação em nosso país como já ocorreu nos países desenvolvidos há mais de um século.

Ou a Universidade assume esta tarefa ou um novo tipo de instituição terá que ser criada pelo Estado para cumprir esta inadiável função.

É bom lembrar neste contexto a violenta queda da fertilidade feminina nos últimos anos no Brasil que já está mudando o perfil etário do País e que em algumas décadas poderá não só estabilizar a população brasileira como envelhecê-la rapidamente.

Se nossa sociedade não toma consciência de que para termos um país moderno e democrático a universalização da escola competente tem que ser perseguida por uma decisão política de maneira firme e urgentíssima, teremos irreversivelmente que cunhar para este enorme País um novo e trágico codinome: Watermelchade